

## **Jornalista denuncia: governo Cláudio Castro fecha arquivo que guarda dados de crimes da ditadura**

Ao mesmo tempo em que o filme “Ainda Estou Aqui”, de Walter Salles, resgata a memória das ações truculentas da ditadura militar, o governo Cláudio Castro, anunciou na segunda-feira (6/1) o fechamento do Arquivo Público do Rio de Janeiro (Aperj). A instituição possui mais de 90 anos de história e guarda toda a documentação do Dops (Delegacia de Ordem Política e Social) desde os anos 1930, incluindo os registros do Estado Novo e depois da ditadura militar. A denúncia é da jornalista Juliana Dal Piva, colunista do site de notícias ICL.

“O anúncio da suspensão de atividades do Aperj atinge o direito à memória dos cidadãos fluminenses. Há anos, o Aperj estava com atendimento restrito aos pesquisadores por motivo de obras. Tudo indica que as tais obras não serviram de nada e evidenciam o desprezo pela preservação do patrimônio documental pelo governo do estado do Rio. Reconhecer a precariedade das condições gerais da instituição não pode servir de pretexto para atacar o direito à informação e impedir o acesso a documentos significativos da história fluminense e a um dos mais importantes arquivos de polícia política do país”, criticou Paulo Knauss, diretor do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ex-diretor do Aperj .

O Aperj possui um acervo de cerca de 4 mil metros lineares de documentos de relevância para os estudos sobre a história do estado e da sociedade fluminenses a partir da segunda metade do século 18, constituindo um inestimável patrimônio histórico do país tais como o arquivo da Presidência da Província do Rio de Janeiro, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e a documentação das Polícias Políticas no Estado do Rio de Janeiro, nominada no Programa Memória do Mundo da Unesco.

A coluna de Juliana Dal Piva procurou o MP do Rio e foi informada de que a situação seria verificada.

---

## **Bancários do Itaú em Petrópolis rejeitam ACT**

Em assembleia geral extraordinária específica do Itaú, realizada de forma virtual pelo sistema *votabem*, bancárias e bancários rejeitaram a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para 2025 que incluía cláusulas sobre concessão de bolsas de estudo; banco de horas semestral; ponto eletrônico; validação do registro de ponto; teletrabalho e ainda previa uma importante conquista na área de saúde e condições de trabalho: a redução de metas para quem retorna de licença saúde.

A participação na assembleia foi pequena, dada a importância do tema. Apenas 16,43% dos aptos a votar participaram. Destes, 56,52% disseram “NÃO” à proposta e 43,48% disseram “SIM”. Não houve abstenção.